

GLOBALIZAÇÃO: CONCEITO E PROBLEMA

*Prof. Dr. Alberto Aggio**

*Profa. Dra. Hercídia Mara Facuri Coelho***

Resumo

Este artigo visa discutir as diferentes visões a respeito do fenômeno da globalização e apresentar, em termos sintéticos, o pensamento daqueles que a defendem bem como dos seus críticos. Ressalta, também, a concepção de “democracia cosmopolita” elaborada por David Held, um dos principais analistas do fenômeno da globalização.

Palavras-chave

Globalização, mundialização, democracia, cidadania, governo.

Abstract

This paper examines the different ways globalization has been considered, briefly presenting the arguments of the defenders, as well as those of the critics. It is also emphasized the concept of “cosmopolitan democracy”, of David Held, one of the main globalization analysts.

Key-words

Globalization, mundialization, democracy, citizen-ship, government.

** Prof. Dr. Alberto Aggio (Unesp/Franca) é livre-docente pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS/Unesp) e pós-doutorado pela Universitat de Valencia, UV, Espanha.*

*** Profa. Dra. Hercídia Mara Facuri Coelho (UNIVEM) é livre-docente em História e doutoranda em Direito. É professora do curso de Mestrado em Direito do UNIVEM.*

“O planeta Terra já não é mais apenas um ente astronômico, mas também histórico. O que parecia ou era uma abstração logo se impõe a muitos como realidade nova, pouco conhecida, com a qual há que se conviver. O planeta Terra torna-se o território da humanidade”, (Ianni, 2000).

Existem diferentes visões e definições a respeito da globalização. Alguns analistas a consideram simplesmente como um fenômeno econômico que se reporta quase que exclusivamente à integração de mercados financeiros e comerciais. Outros procuram dar mais atenção aos aspectos relativos à dimensão de comunicação do fenômeno ou então a dimensões culturais, tecnológicas, migratórias ou ecológicas para afirmarem a existência de um processo de interdependência mundial. Nesse emaranhado de referências percebe-se, contudo, que não há muita ênfase nos problemas relativos ao fluxo de mão de obra entre países e regiões e nem nos diversos impactos que se pode observar na vida social das pessoas bem como no plano da subjetividade.

Sabemos que o processo de mundialização se iniciou com a expansão da Europa Ocidental a partir dos séculos XV e XVI. Desde então esse processo, sob a égide do Ocidente europeu, assumiu várias formas, modificou-se com o passar do tempo, mas foi substantivamente imparável. O Ocidente construiu inclusive as noções de Novo Mundo, Oriente, África, etc. Todas essas regiões do globo sofreram o impacto da expansão dos europeus e depois dos norte-americanos. Em todas elas estabeleceu-se uma dialética de conquista, destruição e antagonismo ao mesmo tempo em que também se processou aspectos de convergência, diversidade e integração. Em outras palavras, sabemos que esse processo agrediu, mutilou e até mesmo eliminou povos inteiros, com suas estruturas sócio-culturais e civilizatórias. Contudo, sabemos também que os povos dos vários lugares do mundo que foram impactados pelo mercantilismo, pelo colonialismo e pelo imperialismo sempre demonstraram capacidade de assimilar e traduzir em seu benefício elementos civilizatórios dos dominadores, inclusive, para elaborar perspectivas de

auto-afirmação e superação da sua situação de colonizado ou dominado.

Mas não é exclusivamente a esse processo histórico que nos referimos quando falamos de globalização. É importante lembrar que globalização é um termo que aparece e se fixa na linguagem contemporânea – primeiro, acadêmica e depois coloquial - nas últimas décadas do século XX. Refletindo sobre esse momento da História, há autores, como Samuel Huntington (1994), que vêem no colapso e desaparecimento do comunismo histórico e na retomada da democracia política em várias partes do mundo nas duas últimas décadas do século XX, o embasamento conjuntural da globalização. Esta seria, portanto, o resultado e a expressão de uma nova “onda democratizante”. A globalização, enfim, estaria conectada à expansão da democracia pelo mundo.

Independentemente da validade ou não dessas interpretações, o fato é que a partir do estabelecimento da globalização, o mundo ficou menor, as distâncias assumiram outra perspectiva e o contato entre os seres humanos se tornou muito mais efetivo do que antes. Como observou A. Giddens (2000), passamos a estar “em contato regular com outros que pensam diferentemente e vivem de forma distinta de nós”.

Numa outra perspectiva, procurando ver as potencialidades mais profundas de transformação que a globalização apresenta para a história da humanidade, o filósofo espanhol Fernando Quesada (2004), construiu a reflexão em torno da qual a globalização tem realizado, até o momento, uma verdadeira ruptura no imaginário político que se construiu no mundo ocidental desde os inícios da modernidade, tendo como base a idéia do contrato social. Para Quesada, inclusive, se poderia também pensar que a globalização estaria abrindo as possibilidades de produção de “um novo imaginário político” que, com todos o problemas que possa vir a apresentar, ainda assim, superaria tanto o longínquo imaginário político grego (baseado no pertencimento à polis) quanto aquele aberto com a modernidade a que nos referimos acima.

De forma ampla mas também contundente, o sociólogo Octavio Ianni (2000) procurou definir a globalização como “um novo surto de universalização do capitalismo, como modo

de produção e processo civilizatório”. Para o saudoso sociólogo brasileiro, a globalização seria um processo que simultaneamente “desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e de trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar”.

Estabelecido esse processo, emergiria uma sociedade global que pode ser pensada, de acordo com Ianni, “como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória”. Compreender os traços e as características dessa nova realidade social não é uma questão simples. Essa sociedade global é evidente e inquestionável em muitos lugares e ao mesmo tempo incógnita, fugaz, invertida ou imaginária em outros. Ela não pode ser definida como um processo de homogeneização e integração sem ao mesmo tempo ser pensada também como uma sociedade de diferenciação e fragmentação. Octavio Ianni procura se aproximar ao máximo de uma compreensão dessa nova realidade afirmando que

“a sociedade global está sendo tecida por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, soberania e hegemonia. Trata-se de uma configuração histórica problemática, atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. (...) Desde o princípio, pois, a sociedade global traz no seu bojo as bases do seu movimento. Ela é necessariamente plural, múltipla, caleidoscópica” (Ianni, 2000).

Do outro lado deste já pequeno mundo, dois grandes especialistas no tema, David Held e Antony McGrew (2001), entendem que se poderia pensar a globalização como algo bastante reconhecível. Ela é, antes de mais nada, um termo que visa identificar “a escala ampliada, a magnitude crescente, a aceleração e o aprofundamento do impacto dos fluxos e padrões transcontinentais de interação social”. Com ela, foi a escala da organização humana que se alterou; a partir dela enlaçou-se todo o globo e expandiram-se as relações de poder por todo o planeta. Com a globalização evidenciou-se a dificuldade ou até o equívoco de se pensar separadamente os assuntos internos e externos dos países, em to-

dos os âmbitos. Por essa razão, as principais tradições da política ocidental, tais como o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo, não ofereceram até o momento nem interpretações coerentes e nem conseguiram dar respostas adequadas a um mundo marcado pela globalização.

Dessa forma, seja qual for a definição, sabemos que os impactos da globalização não são homogêneos e por isso, em qualquer análise desse fenômeno, há que se observar sempre o grau e a magnitude de integração a ele de países, regiões ou mesmo grupos sociais. Em outras palavras, a globalização é efetivamente um processo irregular e não é vivida nem experimentada de maneira uniforme.

Mesmo assim, não seria incorreto afirmar que entramos no século XXI sem, contudo, termos uma interpretação concreta nem da globalização nem da sociedade global que tenha alcançado condição de ortodoxia nos círculos acadêmicos. Em outros termos, a globalização está em debate e não há consenso sobre o seu significado.

Grosso modo, é possível identificar duas grandes correntes de interpretação: os globalistas e os céticos. Os primeiros entendem que a globalização é um processo real e profundamente transformador. Os segundos consideram exagerado esse diagnóstico e que por essa razão é mais complicado compreender verdadeiramente as forças que estão modelando a sociedade atual e também as opções políticas que se apresentam no cenário mundial.

Essa disjuntiva entre globalistas e céticos expressa um dualismo bastante tosco e se baseia em interpretações contrapostas extraídas de argumentos e opiniões entendidas como aproximáveis. Ela conforma, portanto, a configuração de dois tipos ideais, úteis do ponto de vista analítico e investigativo para indicar áreas de consenso e disputa em torno da questão central, a globalização.

Apesar das suas imensas diferenças – que mencionaremos em seguida –, podemos dizer que ambos os lados compartilham algumas avaliações comuns a respeito da realidade atual. Destacariamos:

1. ambos consideram que, nas últimas décadas, ocorreu um notável crescimento da interconexão econômica dentro das regiões e en-

tre elas, ainda que com conseqüências multilaterais e desiguais em diferentes comunidades;

2. a competição (política, econômica e global) interregional e global desafia as velhas hierarquias e gera novas desigualdades de riqueza, poder, privilégio e conhecimento;

3. os problemas transnacionais e transfronteiriços, tais como a extensão de alimentos geneticamente modificados, a lavagem de dinheiro e o terrorismo global, têm demandado crescente protagonismo, colocando em questão diversos aspectos do papel, das funções e das instituições tradicionais de prestação de contas dos governos nacionais;

4. expandiu-se a governança internacional nos âmbitos regional e global – da União Européia a OMC – que coloca importantes questões normativas sobre o tipo de ordem mundial que se está construindo e quais são os interesses a que ela serve;

5. esses desenvolvimentos exigem novas maneiras de pensar sobre a política, a economia e a mudanças cultural. Exigem também respostas imaginativas por parte dos políticos e dos gestores sobre as futuras possibilidades e formas de regulação política efetiva e de controle democrático (Held & McGrew, 2001).

Apesar do reconhecimento dessas duas correntes de que existe um processo agudo e profundo de mundialização, creio que deveríamos demarcar as diferenças entre globalistas e céticos, pelo menos, no que se refere aos elementos centrais da divergência entre ambos.

Para os céticos, o que se entende por globalização não é mais do que um conjunto de processos de internacionalização, isto é, um crescente vínculo entre economias e sociedades nacionais essencialmente distintas, de regionalização e de “triadização”, ou seja, de agrupamentos geográficos e econômicos transfronteiriços. Os céticos apontam que processos como esses já se vivenciaram na história. Argumentam também que há um claro descompasso entre o discurso da globalização e um mundo no qual a maior parte da vida cotidiana das pessoas está dominada por circunstâncias nacionais e locais. Por fim, poderíamos dizer que, para os céticos, a globalização é uma construção mitológica necessária no sentido de “justificar e legitimar o processo global neoli-

beral, ou seja, a criação de um mercado livre global e a consolidação do capitalismo anglo-americano nas principais regiões econômicas do mundo” (Held & McGrew, 2003). Essa visão é compartilhada por alguns pensadores marxistas, para os quais, a globalização é uma nova forma de imperialismo, fundada nas necessidades e nas exigências do capital financeiro central e garantida pelos mecanismos de controle e vigilância multinacionais (G7, Banco Mundial, etc.). Na situação atual, alguns céticos afirmam categoricamente que a nova ordem mundial não se sustentaria sem a hegemonia norte-americana e que a globalização não é outra coisa que “americanização”.

Além das objeções acima apresentadas, é possível também recolher visões surpreendentemente mais radicais contra a globalização. Para George Soros (2002), um homem que fez fortuna com a especulação financeira mundial, a globalização anulou os avanços alcançados pelo Estado de bem-estar social deixando milhões de pessoas sem uma proteção razoável. Além disso, a globalização é, para ele, extraordinariamente perversa porque permite aos capitais um movimento inaudito ao redor do mundo enquanto cria imensas dificuldades para o movimento das pessoas. A globalização concentra riquezas e, por isso, distribui mal os recursos. Enfim, para Soros, a globalização cria um cenário de insegurança e, mais do que isso, está baseada em mercados financeiros globais fortemente propensos a crises descontroladas.

A todas essas visões, os globalistas respondem, por meio de vários argumentos, procurando rechaçar a afirmação segundo a qual globalização é sinônimo de americanização ou de imperialismo ocidental. Para esses, a globalização é resultado de mudanças estruturais mais profundas na escala da organização social moderna que evidenciaríamos: o crescimento das corporações multinacionais, dos mercados financeiros mundiais, da difusão da cultura popular e da importância da atenção quanto à degradação do meio ambiente. Para os globalistas o enfoque espacial é essencial: é necessário ver as atividades e relações que cristalizam a escala inter-regional e intercontinental, e não apenas a escala local e nacional; todas elas devem ser vistas não em termos hierárquicos e excludentes, mas sim, nas in-

ter-relações entre essas diferentes escalas, consideradas de maneira fluida e dinâmica.

Não somente a dimensão espacial-geográfica é importante para os globalistas. Eles pensam também a partir da História, a partir da idéia da “longa duração”, ou seja, da perspectiva dos padrões de longo alcance para a mudança histórica secular. Em outras palavras, “para se compreender a globalização é preciso localizá-la no contexto das tendências seculares do desenvolvimento histórico mundial” (Held & McGrew, 2003). Assim, é preciso compreender as fases desse desenvolvimento e suas diferenças, suas formas históricas distintas. Nesse sentido, deve-se verificar “como variaram os padrões da globalização ao longo do tempo para se poder assim estabelecer o que é o mais característico da fase atual”. Por essa razão, os globalistas procuram enfatizar as investigações em torno de três aspectos principais: 1. a transformação dos padrões tradicionais de organização sócio-econômica; 2. a transformação do princípio territorial; e 3. as transformações na esfera do poder. Esse último aspecto é, por assim, dizer, a preocupação mais forte dos globalistas. Objetiva-se compreender essencialmente a sua instrumentalização, sua configuração e distribuição, e seu impacto. Daí um dos núcleos essenciais da discussão dos globalistas vincule as idéias de governança democrática e cidadania global.

Do nosso ponto de vista, os problemas atuais vivenciados pelo planeta, antes do brado “um outro mundo é possível”, comportam melhor a indagação: “é possível uma outra globalização?” Se considerarmos a globalização como um fenômeno complexo, cheio de nuances ou possibilidades e não como algo estabelecido pelo padrão geral da chamada globalização econômica, que tem por base os fundamentos do neoliberalismo, poderíamos supor uma perspectiva ou uma estratégia de ação que enfrentasse os desafios colocados por essa nova fase.

Nessa direção, seguiremos as indicações de David Held (2000) com o objetivo de apresentarmos uma rede de alternativas pensadas não somente no sentido de se adaptar à globalização e sim na perspectiva de se pensar novas formas de globalização ou uma outra globalização. O pesquisador inglês sugere cinco encaminhamen-

tos para a construção daquilo que ele conceitua como “concepção cosmopolita da democracia”:

Em primeiro lugar, a regulação da volatilidade dos mercados financeiros internacionais e da busca especulativa de lucros de curto prazo. Isso poderia ser feito por meio do incremento substancial da regulação e da transparência das operações bancárias e financeiras, da aplicação de impostos que incidam sobre essas mesmas operações e sobre aquelas que envolvessem divisas internacionais. Essas medidas expressariam uma opção política pela retenção pelos governos do controle dos capitais e visariam forçar os mercados de curto prazo a concordarem com as intervenções democráticas na vida econômica. Elas contrariariam fortemente a globalização entendida a partir do ponto de vista neoliberal.

Em segundo lugar, em um plano também global, seria necessário construir novas formas de coordenação econômica. Seria fundamental a criação de uma nova entidade internacional de coordenação econômica uma vez que no cenário atual predomina a fragmentação de políticas entre FMI, Banco Mundial, OECD e G7. Neste ponto, o essencial é o reconhecimento de que haja uma autoridade econômica internacional de coordenação que garanta e oriente as políticas econômicas já estabelecidas ou então seja capaz de implantar novas, reconhecidas e elaboradas pelas autoridades públicas.

De acordo com D. Held, é necessário, em terceiro lugar, ampliar a legislação no sentido de estabelecer um contra-peso aos custos impostos pelo mercado, tanto em termos ambientais quanto sociais. Entretanto, há que se ter sutileza nesse empreendimento uma vez que se trata da alteração de normas de livre mercado e do sistema mundial de comércio para atuar no sentido da defesa tanto de objetivos de proteção social quanto de defesa do meio ambiente. O objetivo aqui é introduzir novas condições que potencializem investimentos e aumente responsabilidades no interior do sistema econômico global, a fim de suprir e complementar acordos coletivos e medidas de bem-estar social, quer em âmbito nacional quer regional. Enfim, é preciso construir um sistema que introduza a responsabilidade e a regulação nos mecanismos institucionais com o propósito de coordenar o investi-

mento, a produção e o comércio. Visa-se, assim, construir um novo pacto entre poder econômico, democracia e Estado de bem-estar social.

Em quarto lugar, há que se propor uma nova ordem internacional que considere a reversão do predomínio das grandes potências nos organismos institucionais globais para que se possa adotar medidas que enfrentem a pobreza e os obstáculos ao desenvolvimento econômico, como por exemplo, o cancelamento das dívidas dos países pobres, no sentido de se criar as bases para um fortalecimento do capitalismo global, resultante e compatível com a aplicação de uma série de procedimentos e mecanismos democráticos.

Por fim, estaria apontada a perspectiva de criação de um sistema de prestação de contas em escala global, que teria todas as condições de ser iniciado e aprofundado na União Européia, a partir da superação dos deficits democráticos que se estabeleceram no momento da sua organização. Esse movimento contaria efetivamente com uma maior valorização do Parlamento Europeu como órgão de tomada de decisões. No que se refere ao âmbito institucional mais global, haveria que se apresentar um projeto concreto de reestruturação do Conselho de Segurança das Nações Unidas para dar mais presença e poder aos países em desenvolvimento. Faria parte também dessa estratégia de um governo mundial, o melhoramento dos mecanismos de prestação de contas das entidades econômicas internacionais e/ou transnacionais e da mesma maneira, um fortalecimento da capacidade, dentre outras instituições, daquelas vinculadas à defesa dos direitos humanos.

O que nos apresenta David Held (2000), efetivamente, é uma perspectiva ativa de intervir no interior da nova situação mundial marcada pela globalização no sentido de preparar e de visualizar o cidadão como uma entidade não apenas nacional ou local, sem prescindir dessas dimensões. De acordo com Held, “no futuro, os cidadãos não apenas deverão ser cidadãos de suas próprias comunidades, mas das zonas em que vivem e também da própria ordem global. Devem participar de distintas comunidades políticas, de cidades e áreas sub-nacionais, a países, zonas supra-nacionais e redes globais mais amplas” Esse projeto cosmopolita, de acordo com

Held, supõe e compartilha a extensão radical do processo que desvincula a autoridade política legítima dos Estados e das fronteiras e, ao mesmo tempo, institui ao conjunto do país formas legítimas de governo. David Held faz questão de agregar: “sempre que esse processo esteja circunscrito a um extenso compromisso com os direitos e os deveres democráticos”.

Para finalizar essa reflexão em torno do conceito e dos problemas que surgem frente a compreensão de que estamos numa era globalizada da história, bem como frente às possíveis estratégias que estão presentes no cenário mundial atual é possível afirmarmos que, pelo menos, uma coisa já sabemos: a globalização não é a refiguração de uma sociedade mundial harmoniosa, como muitos imaginam. Não é tampouco um processo universal de integração global desprovido de conflitos culturais e civilizatórios. Ampliando a interdependência, a globalização tanto pode abrigar futuras animosidades ou antagonismos como também engendrar a xenofobia ou alimentar políticas reacionárias. O desafio é imaginar que ela possa, ao contrário, unificar o gênero humano.

Bibliografia

GIDDENS, Antony. *O mundo em descontrole* – o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HELD, David & MCGREW, Antony. *Globalización/Anti-globalización* – sobre la reconstrucción del orden mundial. Barcelona: Píados, 2003.

HELD, David & MCGREW, Antony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HELD, David. “La globalización” In MARTÍN, Jacques (ed.). *Tercera vía o neoliberalismo?* Icaria: Barcelona, 2000, p. 141-155.

HUNTINGTON, Samuel. *A Terceira Onda*. São Paulo: Ática, 1994.

IANNI, O. “Globalização e nova ordem internacional” In AARÃO, D. e outros (org.). *O Século XX – o tempo das dívidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.205-224.

QUESADA, Fernando. “Procesos de globalización: hacia un nuevo imaginario político”. In QUESADA, Fernando (Ed.). *Siglo XXI: un nuevo paradigma de la política?* Barcelona: Anthropos; Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears, 2004, p. 11-43.

SOROS, George. *A globalização*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.